

## Introdução de Portagens nas SCUT's do Grande Porto

Considerando que:

- O Conselho de Ministros aprovou a introdução de portagens nas SCUTs (vias sem custos para o utilizador) Costa de Prata, Norte Litoral e Grande Porto, revertendo esta receita para a Estradas de Portugal, SA;
- Uma elevada percentagem dos estudantes do Ensino Superior do Grande Porto usufrui diariamente dos troços que o Governo decidiu passar a portajar, não possuindo no actual momento económico margem financeira que lhes permita fazer face a este gasto adicional;
- A introdução de portagens em **vias sem alternativas reais** se traduzirá em maiores diferenças entre as zonas mais desenvolvidas e as mais desfavorecidas.;
- O princípio de **utilizador-pagador** está a ser desvirtuado ao introduzir portagens em apenas algumas das SCUT, uma vez que está previsto continuarem a existir vias sem custos para o utilizador sem que seja compreendida a justiça da discriminação;
- O Governo, ao tomar esta decisão, não estará a ter em devida conta a **coesão territorial**, que requerem a definição de políticas de planeamento estratégico capazes de melhorar a competitividade das regiões identificadas pelas instituições europeias como das mais pobres da União Europeia, e com reconhecidas e elevadas dificuldades económicas, de que é sinal grave a elevadíssima taxa de desemprego verificada nos territórios servidos pelas vias em causa;
- Actualmente, e já sem este **custo adicional**, muitos estudantes lutam diariamente por conseguirem equilibrar os frágeis orçamentos familiares para



manterem a sua frequência no ensino superior, chegando mesmo grande parte a suspender essa frequência, temporária ou definitivamente, por não serem capazes de fazer face a todas as despesas inerentes;

A FAP – Federação Académica do Porto, atendendo ao esforço e ao sacrifício quotidiano dos nossos colegas e na esperança de um futuro melhor, solicita aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a **criação de um regime especial** para estudantes que façam prova de diariamente ser utilizadores dos troços a portajar, traduzindo-se numa redução significativa dos custos de transporte (que ultrapassam já os 12,5% dos custos totais dos estudantes, equiparando-se com os custos de alimentação e com os custos de alojamento, penalizando especialmente os estudantes deslocados — muitas vezes oriundos das regiões nas quais o Governo decidiu manter as SCUT).

Com esta medida, acreditamos que uma boa parte destes estudantes poderá continuar a ter oportunidade de apostar na sua formação, dizendo “Não!” ao abandono escolar e contribuindo para um Portugal mais qualificado, mais produtivo e mais competitivo.

Porto, 26 de Abril de 2010

A Direcção da Federação Académica do Porto